

## É PRECISO FALAR DE POLÍTICA: NOÇÕES SOBRE O DIREITO À VIDA E À PROPRIEDADE

Ana Adelaide Rosa Lira<sup>1</sup>, Amanda Carmen Bezerra Coêlho<sup>2</sup>, Gabriela Brito de Souza<sup>3</sup>, Mariana Diniz Aranda<sup>4</sup>, Nayra Luiza Vilarim Pereira<sup>5</sup>, Rebecca Elen Azevedo de Moraes<sup>6</sup>

Embora a sociedade brasileira esteja organizada na forma de um regime democrático, é público e notório que muitos brasileiros são alheios aos seus direitos e à política no Brasil. A existente apatia política da juventude brasileira é preceito motivador para que se busque um quadro inverso ao da descrença nas Instituições Públicas atualmente. Desta forma, torna-se imprescindível que os direitos e deveres sejam amplamente conhecidos por todos, e que tal conhecimento seja utilizado como mecanismo de mudança da realidade em que vivemos. Nosso projeto teve como objeto de estudo específico os direitos individuais, que nasceram como uma forma do povo impor limites aos poderes do Estado, com foco no direito à vida e à propriedade. O direito à vida se caracteriza como o mais relevante de todos, pois dele originam-se todos os outros. A observância deste conceito é fundamental para que entendamos que a nossa Constituição não apenas garante mecanismos para que continuemos vivos, como para que possamos viver dignamente, proibindo situações como a tortura, as penas de caráter perpétuo, os trabalhos forçados, entre outras. No que tange ao direito à propriedade, é necessário que se ressalte que este não é absoluto, podendo vir a ter o seu exercício restringido, como acontece quando a propriedade não cumpre sua função social, não é útil para a sociedade, e apenas satisfaz o interesse imediato do proprietário. A nossa metodologia configurou-se da seguinte forma: reunimo-nos internamente para discussão de textos concernentes ao tema e, em seguida, nosso projeto trabalhou junto aos alunos do Ensino Médio da Escola Sesquicentenário desta capital, visando discutir a importância do conhecimento político, noções de cidadania e direitos. Utilizamos aulas expositivas, bem como promovemos o diálogos entre os discentes e os extensionistas sobre a realidade de nosso país - e, sobretudo, da nossa cidade. Também realizamos a distribuição de Constituições, com o objetivo de que os alunos percebam o elo existente entre o mundo formal e o mundo material. Posteriormente a esta etapa, estamos construindo cartilhas - construção esta capitaneada pelos nossos membros do curso de Mídias Digitais, da UFPB - divididas em módulos, sobre as temáticas relacionadas à política, direito e cidadania, contando, inclusive, com contribuições significativas dos alunos secundaristas. Embora ainda esteja em formato digital, as cartilhas e seus conteúdos já estão sendo levadas a diversas escolas de ensino público e privado dos municípios de João Pessoa,

Bananeiras, Cabedelo e Mamanguape. Assim, vislumbramos desde o início do debate com aqueles estudantes, estimulá-los, através do intercâmbio do universo acadêmico com o escolar, o interesse de construir uma nova realidade. Tais diálogos foram de suma importância tanto em termos de incentivo à construção da cidadania como no crescimento educacional daqueles estudantes, visto que a intervenção do corpo acadêmico em ambiente escolar estimula o alunado a ter senso crítico e a se compreender como agente político mantenedor de uma sociedade justa e capaz de se guiar através da cidadania. Em vista disso, ao disseminarmos o conhecimento, daremos a efetividade real do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: democracia, diálogo, educação, efetividade

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Direito Público do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Orientadora do projeto “É preciso falar de política: a construção da cidadania pelo conhecimento”. Endereço eletrônico: [ana\\_agprl@hotmail.com](mailto:ana_agprl@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela UFPB. Extensionista voluntária pelo Projeto “É preciso falar de política: a construção da cidadania pelo conhecimento”. Endereço eletrônico: [amandacarmenbc@gmail.com](mailto:amandacarmenbc@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Direito pela UFPB. Extensionista voluntária pelo Projeto “É preciso falar de política: a construção da cidadania pelo conhecimento”. Endereço eletrônico: [gabrielabsouza248@gmail.com](mailto:gabrielabsouza248@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduanda em Direito pela UFPB. Extensionista voluntária pelo Projeto “É preciso falar de política: a construção da cidadania pelo conhecimento”. Endereço eletrônico: [marydinizaranda@hotmail.com](mailto:marydinizaranda@hotmail.com)

<sup>5</sup> Graduanda em Direito pela UFPB. Extensionista voluntária pelo Projeto “É preciso falar de política: a construção da cidadania pelo conhecimento”. Endereço eletrônico: [nayravarim@outlook.com](mailto:nayravarim@outlook.com)

<sup>6</sup> Graduanda em Direito pela UFPB. Extensionista voluntária pelo Projeto “É preciso falar de política: a construção da cidadania pelo conhecimento”. Endereço eletrônico: [rebeccaeamoraes@gmail.com](mailto:rebeccaeamoraes@gmail.com)